

POLÍTICA

CONSTITUINTE

A CLASSE MÉDIA ESTÁ INQUIETA. E FAZ SUGESTÕES.
As propostas, relatadas por Manoel Vilela.



Quais são as grandes inquietações da sociedade brasileira de classe média? Para o senador fluminense Néelson Carneiro, do PMDB, não foi nem um pouco difícil concluir que a maioria da população se preocupa principalmente com os problemas da violência urbana e da segurança do cidadão, a julgar por uma amostragem de sugestões encaminhadas ao Projeto Constituinte do Senado, das quais quase 300 foram endereçadas em nome do parlamentar carioca.

A preocupação com a violência urbana motivou 10% das sugestões, com propostas para a introdução no futuro texto constitucional da pena de morte no Brasil. A pena de morte chegou, inclusive, a ser sugerida para os crimes de agressão ao meio ambiente. Em segundo lugar, diferentes problemas relacionados com o divórcio parecem ocupar as atenções dos brasileiros, que pretendem ampliar as possibilidades legais para se divorciarem, quantas vezes quiserem. Se isso pode representar de algum modo as pretensões de pessoas já divorciadas, também é um indicador de uma provável instabilidade do casamento.

Na verdade, o senador Néelson Carneiro foi um privilegiado no Projeto Constituinte. Das 50 mil sugestões já encaminhadas, uma grande parte leva o endereço do representante fluminense, que, só esta semana, recebeu mais de 100 envelopes-respostas preparados pelo Serviço de Processamento de Dados e Informática do Senado. As sugestões devem ser remetidas diretamente ao Prodasen, mas muitos preferiram endereçá-las a Néelson Carneiro, praticamente de todos os Estados.

Outro problema que preocupa os autores das sugestões é o da aposentadoria, que aparece, em volume, logo após as questões do divórcio. Nessa área, uma tônica: a posição da mulher, com propostas de redução da sua jornada de trabalho, de 48 para 36 horas semanais e a concessão de aposentadoria mais cedo, aos 25 anos de trabalho. No

caso da aposentadoria por idade, chegou ao Senado uma sugestão para que essa concessão seja deferida aos 50 anos e não aos 60 anos. A alegação, dentro de um raciocínio muito simples, observa que, se a mulher, aos 50 anos, é considerada velha para casar no regime de comunhão de bens, "por que, então, ela só se aposenta, por idade, quando completa 60 anos?"

As sugestões sobre a aposentadoria reclamam a elevação das contribuições previdenciárias até o limite do salário, sem o atual teto de 20 salários-referência, naturalmente para melhorar o valor dos proventos de inatividade.

A proteção à mulher, que aparece em numerosas sugestões sobre a aposentadoria, também é um dos temas mais insistentes propostos pelos remetentes dos envelopes ao Senado. Uma dessas sugestões propõe uma jornada de trabalho inferior a oito horas para a mulher-mãe, para que ela possa acompanhar, em casa, a educação e a formação moral dos filhos, a fim de que o País tenha no futuro uma população formada por pessoas íntegras e estáveis.

Para sugerir a inclusão da pena de morte no futuro texto constitucional, muitas pessoas fizeram breves comentários no formulário distribuído pelo Senado. Mas a maioria foi diretamente ao assunto, justificando a sugestão com frases como esta: "Pelo amor de Deus, aumentem nossa segurança. Decretem a pena de morte".

Quase todas as propostas sobre a pena capital fazem ressalvas, indicando que a penalidade deve ser aplicada nos casos de crimes de estupros, homicídios, seqüestros de crianças e tráfico de tóxicos. Alguns, porém, estendem a pena de morte aos autores dos chamados crimes de colarinho branco. Da cidade de Birigui (SP) veio esta sugestão: "Pena de morte para os criminosos, com execução sumária dos fraudadores do INPS".

Uma outra sugestão, procedente de Flo-

rianópolis (SC), sugere, ao lado da pena de morte para "crimes bárbaros", a proibição de notícias, pela imprensa e pela televisão, de assaltos e crimes, "pois elas incentivam a prática da criminalidade onde ela ainda não existe".

Divórcio

De um elenco de mais de 20 sugestões sobre o divórcio, a principal é referente ao número de vezes que as pessoas podem se divorciar: "O brasileiro deve ter o direito de casar e se divorciar quantas vezes qui-

ser, e a espera para iniciar o processo não deveria exceder seis meses após a separação". Mas, paralelamente ao divórcio, foram feitas outras propostas pertinentes ao tema, como o problema da pensão alimentícia. Foram muitos os que sugeriram uma revisão no critério para a fixação da pensão alimentícia, "que só resguarda os direitos da mulher". Da cidade de Olímpio, interior do Piauí, veio a seguinte observação: "É uma punição injusta, numa separação litigiosa, o cônjuge inocente ser obrigado a partilhar os bens". E de Itajaí (SC) esta outra: "Deveria ser extinta a expressão cabeça do casal, por ser humilhante e imprópria para os dias atuais. Se todos são iguais perante a lei, o homem não tem o direito de ser o chefe, o senhor ou o cabeça do casal". E de Naviraí (MS) uma sugestão para que a pensão alimentícia seja reduzida anualmente em 20%, desde que a pessoa beneficiária seja adulta e capaz.

Social

Nem todas as questões colocadas nos envelopes de sugestões são pertinentes à Constituinte, mas refletem, sem dúvida, as angústias e as expectativas da classe média brasileira, que vê na futura Carta a ser votada em 1987 um instrumento de apóio ou no qual é possível a livre manifestação.

Uma boa parcela da amostragem recolhida nas respostas endereçadas ao senador Néelson Carneiro refere-se a problemas sociais, com pedidos de medidas efetivas de amparo aos idosos, "que já fizeram muito pela Pátria e agora estão marginalizados". O controle da natalidade foi lembrado em muitos dos questionários, com propostas para que a mulher que é mãe de dois filhos tenha o direito à assistência médica em hospitais públicos para ligar as trompas. O amparo ao menor também foi muito lembrado, inclusive com uma proposta de instituição de imposto incidente sobre solteiros para reverter em benefício de creches e orfana-

tos. A casa própria e o valor das prestações mensais igualmente mereceram razoável número de sugestões, inclusive solicitando juros "simbólicos".

Um habitante do Rio de Janeiro declarou-se preocupado com a fome no mundo e propôs, como solução, a criação de 13 meses num ano, com 28 dias cada um, distribuídos em quatro semanas. Paralelamente, seria institucionalizado um regime de trabalho mais intenso, para assegurar a produção de alimentos em quantidade suficiente. Esse regime seria dividido em três turnos, entre as 6 horas da manhã e a meia-noite. Cada trabalhador teria direito ao descanso num sábado e domingo a cada cinco anos.

Muita gente que escreveu ao Senado acha que é necessário estatizar o sistema bancário e reclamar da qualidade do leite distribuído à população. Foi pedido também mais rigor na fiscalização pública, para acabar com a corrupção. E repetem-se as queixas contra o Imposto de Renda, com frases como esta: "Converse com a moça do Imposto de Renda e explique que salário não é renda".

Outros advertem para o crescimento dos índices de prostituição, surgindo, a propósito, uma sugestão: "Como as mulheres são a maioria no País, a prostituição poderia ser evitada com a permissão para a poligamia".

Também a administração pública foi objeto das sugestões recebidas pelo projeto constituinte. Além da renovação dos quadros políticos, um dos que escreveram advertiu para o risco de uma revolta popular "tão logo se perceba que o pacote econômico do governo é apenas uma máscara". Outra proposta, no campo da desburocratização: suprimir o exame médico para a obtenção de carteira de motorista. "O exame médico só serve para enganar a boa fé do cidadão e para favorecer os donos de clínicas credenciadas."